

Momentos cruciais de uma difícil negociação

O acordo de princípio entre governo brasileiro e seus credores foi concluído às 23 horas do sábado, após 15 horas contínuas de negociações, encerrando uma série iniciada em setembro do ano passado. Não houve nenhuma comemoração, nem haverá, ainda, até a assinatura do acordo formal, no meio do mês de março, e o primeiro desembolso do dinheiro, previsto para junho.

Um dos negociadores brasileiros, o vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, caiu na cama, exausto, e só acordou às 11 horas do domingo. O mesmo aconteceu com o diretor da área de Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que trabalha nestas negociações desde que foram iniciadas.

"O Brasil conseguiu o melhor" — declarou o embaixador do Brasil, Marcílio Marques Moreira, ao *Jornal da Tarde*. Ele acrescentou que os benefícios serão imediatos, pois os bancos se comprometeram a pôr mais dinheiro nas linhas de curto prazo nos próximos 15 dias. Por isso, em suas contas, a quantia obtida em princípio é de US\$ 6,4 bilhões, que são a soma US\$ 5,8 bilhões mais os US\$ 600 milhões mínimos prometidos pelos credores.

Nota conjunta

O Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores anunciou o acordo "preliminar" com uma nota oficial conjunta com o governo brasileiro. "Entre os elementos acordados preliminarmente estão as necessidades de financiamento externo do Brasil a serem atendidas pelos bancos e alguns aspectos de seu custo", diz ela, acrescentando: "a porção das necessidades de financiamento externo a

médio prazo do Brasil, pelos bancos comerciais, para 1987, 88 e a primeira metade de 89, totalizará US\$ 5,8 bilhões".

William Rhodes, presidente do Comitê de Bancos, e Fernando Milliet, presidente do Banco Central, advertem que esta quantia é "uma cifra bruta que será sujeita à redução referente a ajustes de taxas de juros de acordo com uma reestruturação plurianual. Quantias adicionais serão fornecidas para a normalização de linhas de curto prazo de financiamento de comércio e interbancárias, elevando o total do pacote de financiamento para mais de US\$ 6 bilhões. A margem de taxas de juro que incidirá, tanto sobre o pacote de dinheiro novo quanto sobre a dívida a ser reestruturada, será de 13/16% acima da taxa *libor*. Haverá, também, uma taxa de adesão antecipada de até 3/8%".

Confortável

O vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, explicou ao *Jornal da Tarde* que "o nosso critério básico foi o seguinte: qual a nossa necessidade? Para isso tivemos que trabalhar com dois conjuntos de informações: o que nós vamos produzir de fluxo comercial efetivo no decorrer do ano, se só o saldo comercial ou de transações correntes, e o que nós vamos conseguir tirar de outras fontes de financiamento. E levamos em conta, também, qual o nível de reservas que o Brasil pretende manter".

Adroaldo sente-se "confortável" com o acordo obtido: "Como meu objetivo era a preservação de reservas, além da necessidade, então fico extremamente confortável ao ter US\$ 5,8 bilhões de médio e longo prazos, sujeitos a

carve-out (que é o benefício de um spread menor sobre o estoque da dívida), e a garantia de fluxo normal de caixa através das linhas comerciais".

Confortável e também otimista: "Acho que nós teremos, com muita tranquilidade, no final do ano, reservas não inferiores às de dezembro de 1987".

Uma das linhas de curto prazo, a do Projeto três, perdeu quase US\$ 1 bilhão. E a outra, do Projeto Quatro, também sofreu perdas. "No primeiro desembolso, os bancos credores eliminarão a diferença", garantiu um banqueiro. As linhas, assim, voltarão ao nível normal, de US\$ 15 bilhões, "seja na forma de depósito junto ao Banco Central do Brasil, por um prazo mínimo de 180 dias, ou seja, através de comércio".

Para esta fonte, "este compromisso representará entre US\$ 700 a 800 milhões". Da mesma forma, o *cover-out* não alcançará os US\$ 600 milhões, como se previa nas últimas semanas. "É muito difícil antecipar um número", acrescentou, prevendo: "Isto vai dar muito trabalho".

Empréstimo-ponte

O ministro Maílson da Nóbrega, nos contatos com a comunidade bancária, em Nova York, prometeu que o Brasil ficaria em dia com o pagamento de juros, depois de março, se recebesse ajuda dos credores, talvez até na forma de um empréstimo-ponte. E isto não era descartado ontem por um dos negociadores, que explicou:

"O Milliet vai tratar disso. Ele vem agora a Nova York para trabalhar no texto do acordo, e o empréstimo-ponte deverá ser discutido." Para uma outra fonte, porém, o desembolso de uma parce-

la maior no primeiro dos vários pagamentos que os bancos farão ao Brasil poderá substituir a necessidade do empréstimo-ponte.

"Isto foi um passo de uma caminhada difícil" — explicou um banqueiro envolvido diretamente nas negociações. Uma das dificuldades era a exigência de que uma agência oficial se manifestasse sobre as necessidades de financiamento do Brasil. As negociações poderiam prosseguir até um acordo com o FMI.

"Mas eles (os banqueiros) ficaram com a palavra do ministro Maílson de que o Brasil vai ao Fundo. Não estamos vinculando nada quanto ao FMI. Isso nem foi discutido", garantiu uma fonte brasileira. Observou, porém, que "conseguimos mudar a ordem tradicional da negociação, pois montante e spread geralmente são definidos no final". Não descartou, porém, a possibilidade de novas dificuldades, embora considerando que o pior já foi resolvido.

No último acordo, o provisório, negociado ainda por Fernão Bracher, o Kuwait resolveu retirar-se, atrasando sua assinatura por vários dias e comprometendo o próprio pacote. Um banqueiro internacional acha que "tudo pode acontecer ainda, porque houve resistências em conceder dinheiro novo ao Brasil". Quando o *Jornal da Tarde* lhe perguntou o que achava da quantia fixada em princípio, que não é nem o que pretendiam os banqueiros (US\$ 5 bilhões) nem os brasileiros (cerca de US\$ 7 bilhões), respondeu:

— É o que merece o governo brasileiro.

Moisés Rabinovici,
de Washington.